

A ASSIM CHAMADA GEOGRAFIA CRÍTICA. A ANTESSALA DA TEORIA MARXISTA DE GEOGRAFIA (TMG)

SO-CALLED CRITICAL GEOGRAPHY. THE ANTEROOM TO THE MARXIST THEORY OF GEOGRAPHY (MTG)

LA LLAMADA GEOGRAFÍA CRÍTICA. LA ANTESALA DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA GEOGRAFÍA (MTG)

Ruy Moreira¹

 0000-0002-6158-4471

ruymoreira@uol.com.br

Ano XXIX - Vol. XXIX - (4): Janeiro/Dezembro - 2025

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbbauru.org.br

**CIÊNCIA
Geográfica**

1 Professor dos programas de pós-graduação em Geografia da UFF e FFP -UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6158-4471>. E-mail: ruymoreira@uol.com.br.

Artigo recebido em novembro de 2025 e aceito para publicação em dezembro de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A formação da teoria marxista de geografia (TMG) seguiu três fases, substanciada na antecedência da geografia ativa e da geografia crítica.

Palavras-chave: TMG. Materialismo histórico e geográfico. Reprodução espacial.

ABSTRACT: Marxist theory of geography (TMG) formation followed three phases, substantiated by the precedence of active geography and critical geography.

Keywords: TMG. Geographical and historic materialism. Spacial reproduction.

RESUMEN: La formación de la teoría marxista de la geografía seguió tres fases, sustentadas en el precedente de la geografía activa y la geografía crítica.

Palabras clave: TMG; Materialismo histórico y geográfico. Reproducción espacial.

A formação de uma Teoria Marxista da Geografia (TMG) passa por três etapas. A primeira é formada pelo surgimento da geografia ativa, trazendo conceitos e categorias e carreando para si as reflexões dialéticas da literatura geográfica antecedente, em particular Humboldt, Brunhes e Tricart, dando o pontapé inicial à montagem do discurso. A segunda vem com a geografia crítica, que tem já a própria reflexão marxista com um de seus parâmetros. A terceira é a da sistematização e aplicação do pensamento marxista aos temas habituais da teorização geográfica. Este texto versa sobre a segunda fase.

É preciso começar dizendo que o que generalizou-se chamar geografia crítica vem da progressão da geografia ativa. Todos os “geógrafos ativos” são “geógrafos críticos”. E a geografia crítica é a continuidade e desdobramento das ideias e projetos da geografia ativa num nível de profundidade e extensão mais amplo, por meio da introdução de um conceito até então preso nos interstícios da geografia ativa: a reprodução. Vindo pelas mãos dos debates que se travam desde a virada dos anos 1960-1970 que se travam às margens da academia dos entendimentos respectivos dos textos de Henri Lefebvre e Louis Althusser (este nutrido nos conceitos de sociedade civil e Estado de Antonio Gramsci). E, através estes debates, a descoberta de uma nova concepção de espaço, casada nestes autores com o problema da reprodução. Logo então levado para o mundo mais estrito da academia. Qual seja, o espaço como categoria da reproduzibilidade do capital, de Lefebvre, e o espaço como categoria da sobredeterminação da infra e da superestrutura, chamada a metáfora espacial, de Althusser. Um quadro de conceitos que velada e timidamente aqui e ali visualizava-se já como parte subliminar das mudanças teóricas preconizadas pelos discursos da geografia ativa.

A ideia da geografia ativa está no auge na fronteira da geografia escolar e da geografia universitária quando a Publicações Escorpião, de Lisboa, publica, em 1973, a edição portuguesa de A re-produção das relações de produção, de Lefebvre, a edição francesa é de 1973. Tempo em que a Editora Presença, também de Lisboa, publica, em 1974, Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser, edição francesa de 1973. O livro de Lefebvre, na verdade, é a primeira parte (e o subtítulo) de La survie du capitalisme (A sobrevivência do capitalismo), edição francesa de 1972, destacada e publicada em livro à parte, que responde à pergunta de Lefebvre de onde reside a capacidade do capitalismo sobreviver a tantas crises cíclicas em sua história, a resposta encontrada no

próprio título: a re-produção das relações de produção, garantida pelo papel intermediário do espaço, a categoria sem a qual da reproduibilidade do capital. O livro de Althusser, igualmente, é um do livro Sobre a reprodução, editado à parte, a edição integral só vindo a ser publicado em livro em 1995 (A edição brasileira é da Vozes, Petrópolis, de 1999). Althusser faz-se a mesma pergunta, que junta às questões conceituais do marxismo, como o conceito de Estado em Marx (ao qual Lefebvre dedica uma obra em 4 volumes, *De l'Etat*, de 1976-1978), respondendo com o papel infra- superestrutural dos aparelhos do Estado, os aparelhos repressivo e ideológico. São livros lidos no Brasil, quase ao mesmo tempo que saem em Portugal. O livro de Lefebvre sendo duplicados com *El derecho a la ciudad*, de 1969, *De lo rural a lo urbano*, de 1971 e *Espacio y política* (*El derecho a la ciudad II*), todos edições espanholas da Ediciones Península, Barcelona, e *O pensamento marxista e a cidade*, de 1976, edição portuguesa da Ulisséia. Aumentando o interesse do A re-produção das relações de produção. Interesse que mais aumenta com a publicação de *La production de l'espace*, edição francesa de 1974, Paris, de difícil leitura. Não se podia mais pensar o espaço do mesmo jeito. Foi um impacto!

Aquilo que constava subentendido nos grandes afrescos descritivos das paisagens da trilogia de George, salta aos olhos, vem à luz com surpreendente clareza. E a razão da dificuldade da geografia ativa dar o salto pretendido. De imediato, “como um clarão no céu azul”, do dito de Marx, quebra-se como um cristal de vidro a noção do espaço-receptáculo, ainda prevalecente na literatura geográfica de George e demais (ou demais porquê de George). E percebe-se que há no espaço algo mais que a pura organização espacial da sociedade, invadido por seu cunho de uma categoria de reprodução e sua noção correlata de que reproduz porque produzido, e na medida que reproduz, faz mais que apenas organizar. Mais que isto. Re-produz para além do econômico, inclusive a própria re-produção da produção econômica.

O debate às margens da academia dedicava-se justamente a essa temática, Lefebvre angulando a reprodução da relação economia-política e por meio da cultura para mais além da própria infraestrutura. Althusser, a reprodução ideologia-Estado, e por meio deste a sobredeterminação da superestrutura sobre a infraestrutura. Lefebvre puxando Lênin (já era conhecido seu clássico *O pensamento de Lênin*, edição portuguesa da Moraes Editora, Lisboa, de 1969, onde a reprodução é analisada como um problema da teoria de Marx, na linha da crítica de Rosa Luxemburgo de 1913). E Althusser, puxando Gramsci. É um debate sobre reprodução e espaço que se amplifica numa gama bibliográfica mais ampla: o tema da reprodução com Rosa Luxemburgo, em seu *A acumulação do capital*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970 (Luxemburgo, 1970), e o tema do espaço com Michel Foucault em seu *O nascimento da clínica*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, de 1963 (Foucault, 1963), e Vigiar e punir, Editora Vozes, de 1975 (Foucault, 1975), (Microfísica do poder, Edições Graal, Rio de Janeiro, um reforço, é de 1979), além do território, com Giles Deleuze e Félix Guattari em seu *O anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976 (Deleuze; Guattari, 1976), onde a desterritorialização é a forma como vêem a acumulação primitiva, para eles origem explicativa da natureza do capitalismo como um sistema social congenitamente esquizofrênico.

Nenhuma sociedade sobrevive, diz Lefebvre, sem reproduzir continuamente suas próprias condições de produção. Um ato que se dá com as relações de produção e a partir daí se repete com cada uma e todas as formas sociais de relação. Toda sociedade para produzir necessita reunir e combinar os meios de produção, qual seja, matérias primas e máquinas, e a força de trabalho que os move, produzindo e reproduzindo ciclicamente estas condições de produção. Significando repor e renovar a forma e os tipos de matérias-primas e máquinas que usa e a capacidade da força de trabalho

de com elas gerar produtos, reproduzindo, nesse passo, a relação homem-natureza (fonte primária das matérias-primas) subjacente, os meios de produção, a força de trabalho, as relações de produção (que regulam a propriedade e o avanço das forças produtivas), as relações de trabalho, o conjunto das condições de produção, em suma, a totalidade das relações sociais. A chave é a reprodução das relações de produção, a relação determinante das demais. O que faz do processo de reprodução, ao fim, uma reprodução do todo das relações a partir da reprodução das relações de produção. Põe-se, aqui, o primeiro termo do todo do pensamento marxista, em que Lefebvre se apoia: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o mecanismo regulador das relações de produção – que vimos, ao seu jeito, no ponto central do “manifesto” da geografia ativa, com o conceito de situação de George: as forças produtivas acelerando e as relações de produção freando o desenvolvimento geral da sociedade –, fonte de origem das crises que acossam ciclicamente o sistema do capitalismo.

O que Lefebvre se indaga é a razão de o capitalismo sobreviver, e mesmo dar o saldo por cima, à sequência dessas crises. Ele mesmo respondendo: “Acontece que o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, consequentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior à *O capital*. Qual o preço disso? Não há um número que o exprimam. Por que meios? Isso, sabemo-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço”. Por que os marxistas, indaga-se em seguida, não o perceberam? Porque não pode percebê-lo o próprio Marx. O espaço, como categoria do sistema e peça-chave da reproduzibilidade, diz Lebebvre, é um produto da escala da produção e das trocas do capitalismo da fase monopolista (que Lefebvre designa neocapitalismo), a fase das relações de produção e de troca entre os mais diferentes lugares (que Lefebvre vai designar a criação da diferença). Fora, pois, do alcance de Marx, um teórico do capitalismo da fase concorrencial. O mesmo valendo para o valor do papel central do conceito da reprodução na explicação do modo de produção capitalista. Pouco analiticamente presente como categoria-chave no volume 1 de *O capital*, como já observara Rosa Luxemburgo. O que explica o remetimento do texto de Levebvre aos acontecimentos “do século posterior à *O capital*”, escrito e publicado justamente na fase de passagem (o livro 1 é de 1864) de um momento do capitalismo para o outro. É quando o capitalismo sai de uma fase de ordenação de arranjo espacial local, um conjunto de ilhas de relação capitalista em meio a um oceano de relações por ela ainda não transformadas, para uma ordenação de arranjo mundializado nessa relação, saindo de “um espaço de localização para um espaço de relação”, no dizer de George no *Sociologia e geografia*, mudando, criando e organizando o mundo com sua própria escala e forma de ordenação (ordenamento, referido ao espaço, é uma expressão recorrente de Lefebvre). O que traz para a base estrutural do capitalismo a diferença, a estratégia e o espaço. Observa. Categorias da dialética da reprodução. Trazendo, assim, o espaço, ao torná-lo produto-reprodutor, para o centro de gravidade do modo de produção. Conferindo-lhe suas funções e contradições, diz: “Do momento em que no-la representemos chamando-lhe ‘ordenamento’ tal produção do espaço, consideramo-la logicamente ou logicamente. Em virtude do seu caráter racional, o espaço parece implicar uma coerência que já de si implica uma coesão prática; ao ordenamento do espaço incumbem, portanto, simultaneamente a reprodução das relações de produção, a reprodução dos meios e forças de produção (a força de trabalho, as máquinas etc.), a organização do “meio ambiente” das empresas, quer dizer, de toda a sociedade, a construção do puzzle de regiões e cidades, o anúncio de uma vida social nova etc. Através deste esquema tão ‘positivo’ surde a contradição que se agrava entre as condições de dominação capitalista e as condições da vida social”. Enfatizando o processo dialético do capitalismo na relação espaço-reprodução, Lefebvre

diz: “É neste espaço dialetizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico”. Por tempo histórico, Lefebvre está se referindo às heranças do ordenamento do espaço feudal, sobre o qual o capitalismo construiu o seu: “Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou (fazendo) a sua base material ser a fábrica e a divisão cidade-campo e setorial do trabalho no seio da empresa. O resultado disso foi uma vasta deslocação das contradições...”. O texto lembra os painéis da trilogia de George. Razão que faz da relação espaço-reprodução a própria dialética do *aufhebung*, que descrevera linhas atrás, a transformação que ao mesmo tempo desfaz, mantém e eleva o real a um novo estado de síntese (mantém, degrada e inova o velho num novo, novo, diz). Observe-se, a propósito do texto, que se é este espaço que produz a reprodução das relações de produção, é porque, antes, são as relações de produção que produzem o espaço, o espaço reproduzindo a produção das relações de produção numa relação de produto-re-produtor. Correção que Lefebvre vai fazer um ano depois, em 1974, no *La production de l'espace* (a edição francesa de *Survie* é de 1973).

Nenhuma reprodução se faz sem os aparelhos ideológicos de Estado, diz Althusser. E esta relação ocorre no plano do contato da infraestrutura e da superestrutura (o prédio de dois andares da teorização do materialismo histórico, que Althusser chama a metáfora espacial de Marx), onde as relações de produção se localizam, fazendo a passagem entre os dois níveis. Através as ações dos aparelhos de Estado: o aparelho de poder (o governo e a burocracia administrativa), o aparelho repressivo (exército, polícia, tribunais) e o aparelho ideológico (a igreja, a escola, a família, o Parlamento, os sindicatos, os museus, os esportes). O Estado são os seus aparelhos. Cabendo-lhe, via seus aparelhos, a função de realizar a reprodução das relações sociais, a partir da realização da reprodução das relações de produção. E, nesse passo, do conjunto das relações estruturais da sociedade. O aparelho de poder e o aparelho repressivo são, cada qual, únicos e públicos, já o aparelho ideológico é múltiplo – havendo o aparelho religioso, o aparelho escolar, o aparelho familiar, o aparelho midiático, o aparelho cultural –, e público ou privado (à semelhança dos aparelhos de hegemonia privada de Gramsci, cuja importância só vimos a alcançar nos anos 1980, com a publicação brasileira da biografia Gramsci e o Estado, ...). Alargando-se, assim, a diversidade dos andares da metáfora espacial de Marx, que Althusser chama as instâncias econômica, jurídica, política, cultural, ideológica, sobre determinadas em suas interrelações pela introjeção múltipla do poder do Estado (Althusser distingue poder, a essência, e aparelhos, os meios, do conceito de Estado. Relação de sobredeterminação que cada qual repete umas com as outras, com a base econômica como relação de determinação em última instância do todo da totalidade. Assim Althusser definindo a relação entre superestrutura e infraestrutura, em que a superestrutura (e então cada uma de suas instâncias) tem uma relação de autonomia relativa (sobredeterminação) e de retorno (realização da reprodução) com a infraestrutura e a infraestrutura (a base econômica) uma relação de determinação em última instância com a superestrutura. O econômico determinando em última instância o Estado em primeira a totalidade da formação social em sua unidade unitária.

Trata-se de uma visão de Estado e ideologia que Althusser extrai da teoria da sociedade civil e do Estado de Gramsci, em que o Estado é um campo pactual de correlação de forças políticas, contrariamente ao “pequeno comitê dos negócios burgueses” da teoria clássica (do tempo da I Internacional), então real, que as próprias lutas das classes trabalhadoras vão remodelando com suas vitórias, e a ideologia é mais que uma visão invertida do real, as classes dominadas tendo a sua e por ela lutando, e as classes dominantes a delas, que buscam tornar-se a ideologia dominante através do

domínio dos aparelhos ideológicos de Estado. Numa disputa de hegemonia, através a disputa e no ambiente de permeio dos aparelhos de ideologia.

Os aparelhos ideológicos de Estado são a chave da compreensão do Estado, da relação entre infra e superestrutura e da sobredeterminação, e dessa forma do mecanismo de reprodução das relações sociais a partir da reprodução das relações de produção. E assim da constituição da hegemonia, dirá Gramsci, mas orientado nos aparelhos de hegemonia privada, da sociedade e do Estado. E dentre os aparelhos ideológicos, sobretudo o aparelho escolar. Distinguindo-se nessa excelência dos demais aparelhos ideológicos, cada qual com o seu papel de aparelho de formato de hegemonização: o aparelho parlamentar, o regime político; o aparelho midiático, a versão dos acontecimentos; o aparelho cultural, a visão de mundo; o aparelho religioso, a representação da imanência-transcendência; o aparelho familiar, a inculcação dos hábitos e valores; o aparelho escolar, a formação para o trabalho, a habilitação intelectual, o refinamento das mentalizações; o conhecimento. O que significa que a hegemonização econômica nunca é necessariamente imediata. Daí diferir o aparelho repressivo do aparelho ideológico: o aparelho repressivo atua por meio da coesão (atos de ação de violência), os aparelhos ideológicos, por meio do consenso (atos por definição de ideologia). A escola é o ente por excelência dos aparelhos ideológicos. O aparelho que substitui na sociedade burguesa a principalidade da igreja (e da família) na representação e reprodução da sociedade na Idade Média feudal. É, longe (num par agora com a família), o aparelho ideológico principal de Estado na sociedade moderna, herdando e fazendo o papel antes reservado à igreja, numa espécie de acumulação primitiva superestrutural, pode-se dizer.

A sociedade capitalista moderna organiza-se e reproduz-se, assim, na tópica da metáfora espacial da infra e da superestrutura com suas instâncias. Uma metáfora com força de descrição (designada por Althusser de uma teoria descritiva) e análise (designada a teoria propriamente dita) do real presente. A teoria descritiva apresentando o detalhe (o ordenamento do espaço) – “Todo grande descobrimento científico passa pela etapa da teoria descritiva, a primeira etapa da teoria propriamente dita, transitória e necessária ao desenvolvimento da teoria, o começo sem retorno da teoria, e forma como a teoria existe” – e a teoria propriamente dita o conteúdo mais íntimo (o conceito) – “A teoria descritiva dos aparelhos de Estado é o início da teoria marxista do Estado”, mas que exige ela mesma a sua superação como etapa, ao fornecer os meios para identificar a natureza dos aparelhos, que só têm sentido como aparelhos de poder. Propriedade de uma sociedade organizada e estruturada em instâncias ao mesmo tempo autônomas e articuladas, como presume Althusser sejam todas as sociedades, determinadas de um lado em última instância pelo econômico (a base infraestrutural) e de outro pela onipresença dos aparelhos do Estado (o andar da superestrutura). Metodologia de onde derivei o texto *A geografia serve para desvendar máscaras sociais*, de 1979. Teorizações de onde Althusser deriva seu conceito da diferença do modo de produção (o combinado contraditado de forças e relações de produção) e da formação social (um combinado de diferentes modos de produção com um deles como determinante, a exemplo do modo de produção capitalista na formação social capitalista), objeto de intenso debate na coletânea *Modo de produção e formação econômico-social*, organizada por Sereni e Luporini, Editorial Estampa, Lisboa, 1974, com textos de intelectuais marxistas italianos e franceses. A análise da determinação do econômico e da sobredeterminação do Estado começa e termina nesse elenco de teorias, a teoria da formação-modos de produção e da descrição e análise instancial da ação e parâmetros do Estado e dos seus aparelhos.

No âmbito ainda informado na ideia da geografia ativa, e já tomado pelos embates anti-althusserianos dos conceitos de instância e recíprocos de modo de produção e formação social dos

marxistas italianos e franceses da coletânea de Sereni e Luporini, “dois conceitos diferentes ou confusão pura?”, Lefebvre e Althusser então despontam (Lukács chega à renovação da geografia um pouco mais tarde – embora já amplamente lido nos grupos de estudos desde os anos 1960 –, já no âmbito da teoria marxista de geografia, trazido pelas mãos de Armando Corrêa da Silva, por conta de sua ontologia. Gramsci, só lateralmente, embora presente com seus discursos de Estado e hegemonia), com seus conceitos cruzados de reprodução e de espaço. São conceitos levados de imediato para o âmbito das discussões da trilogia de George, agora desdobrada nas temáticas novas que trazem este e Lacoste em suas obras subsequentes: a tripartição do mundo em países capitalistas e países socialistas e os países capitalistas por sua vez em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Antecipando a tripartição da geografia do trimundismo, as libertações coloniais dando a coloração geopolítica que transforma os países num terceiro mundo, ao lado do primeiro, formado pelos países capitalistas desenvolvidos, e do segundo, formado pelos países socialistas interligados em bloco com a União Soviética, um mundo que busca evadir-se da bipolaridade. Tema por excelência de Lacoste, aqui e ali incorporado por George. Discursos de sistemas ainda, logo se nota. Ausentes dos conceitos de modo de produção e formação econômico-social. Mas com força de novidade em um campo de saber então primado pela ausência do debate social e político das configurações do espaço. São livros e ideias que chegam rapidamente às escolas. O campo althusseriano por excelência dos aparelhos ideológicos do Estado agora transformado num campo de embates e disputas das ideias. A trilogia de George se acresce do *O panorama do mundo atual*, edição da Difel, São Paulo, 1976, lido em par com *A ação humana*, ainda de forte presença nas discussões geográficas. E Lacoste traz a edição reescrita de os países subdesenvolvidos, a edição francesa original é de 1959, da Difel, coleção Saber Atual, de 1961 (a edição francesa original é de 1959), e a *Geografia do subdesenvolvimento*, um livro em versão dilatada, da mesma editora, de 1971 (original francês de 1965). Tema que Lacoste logo desdobra na problemática do terceiro mundo, aí nascendo Ibn Khaldun: nascimento da história. Passado e presente do terceiro mundo, Editora Ática, 1991 (edição francesa de 1966), *Contra os anti terceiromundistas e contra certos terceiromundistas*, Editora Ática, 1991 (edição francesa de 1985) e *Unidade e diversidade do terceiro-mundo*, (*Unité et diversité du tiers-monde*), petardo contra a guerra do Vietnã, de 1980 (edição francesa, da Maspero).

São livros que inovam a temática da geografia ativa, mas não no sentido analítico do “manifesto”. Ao geografizar o capitalismo em um espaço e o socialismo em outro espaço, tal qual os sistemas, idem os países capitalistas desenvolvidos e os países capitalistas subdesenvolvidos, George nega a visualidade da contradição, o traço contraditado da situação, suprimindo-se a análise da intimidade e tendências, a *aufhaben*, do conteúdo. O panorama do mundo atual é um painel descritivo das paisagens, aqui do capitalismo, ali do socialismo, tal qual percebemos na trilogia. O capitalismo e o socialismo são concebidos como sistemas de arranjos distintos de espaço, diferentes aqui pelo liberalismo de mercado, ali pelo planejamento central de Estado, tal como saídos dos parâmetros de conceito e método de *A geografia econômica*.

O grande salto vem com *A geografia serve antes para fazer a guerra*, edição portuguesa de 1977, Lisboa, Iniciativas Editoriais (a edição francesa é de 1973, revista e atualizada em 1985), antecedida pela *A geografia*, publicada no volume 7 (A filosofia das ciências sociais) de *História da filosofia, ideias, doutrinas*, de François Chatelet, 1974, Rio de Janeiro, Editora Zahar. O que o “manifesto” da geografia ativa se propõe, de outra forma, vem, por fim, pelas mãos desse livro. Com título com sabor de geopolítica, tema real, vimos, de interesse de Lacoste, um geógrafo de origem marroquina, terceiro mundista, *A geografia serve antes para fazer a guerra* (edição brasileira de 1988, com título

A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, São Paulo, Editora Papirus), mas no fundo um petardo crítico à geografia clássica, em particular vidaliana (que George, herdeiro nato, mal arranha no “manifesto”), propondo uma nova teoria e um novo método (A geografia serve antes para fazer a guerra é, ele mesmo, antes de mais, um manifesto em forma de livro) num momento em que a geografia no Brasil está então entregue ao domínio teórico e institucional da geografia teorético-quantitativa, de corte neopositivista – poucos cursos se negando referendá-la como nova fase da geografia, como a USP, não por acaso berço da tradução e publicização de A geografia ativa –, é o livro que dá início ao movimento de mudança crítica dos anos 1970.

Lacoste faz uma crítica contundente à região, tema central da geografia vidaliana, chamada por ele “um poderoso conceito obstáculo”, preso em seu limite analítico à descrição e ao localismo, imune ao voo de escala que leve a análise geográfica ao alcance da totalidade do real, propondo no lugar o conceito de espacialidade diferencial, diverso e totalizante ao mesmo tempo. É claro na crítica e nos limites do conceito – daí o título de aparência geopolítica – o efeito da denúncia ao uso militar e ideológico da geografia na guerra do Vietnã, assunto dominante na imprensa dos anos 1970, que então faz, denunciando o bombardeio dos diques do delta do Mekong como forma de combate às táticas de guerrilha dos vietnamitas do norte, uma denúncia na imprensa que abala o governo norte-americano e o obriga à reorientação dos métodos da guerra. Denúncia que muda a própria orientação da sua linha de geografia, rompendo com as limitações ainda vidalianas da geografia ativa, que materializa na nova direção do pensamento e no novo conceito da espacialidade diferencial, e o leva a fundar, no mesmo ano de 1976, a revista Herodote, uma revista de geografia política e geopolítica, e a sintetizar as novas ideias e direção em seu livro Unidade diversidade do terceiro mundo, de 1980, sua aposta, mas sem o mesmo efeito do A geografia isso serve antes de mais para fazer a guerra. São desse livro a expressão, tornada lema da renovação, “saber ler o espaço, para nele saber se organizar e nele combater”, um chamado às lutas sociais, de forte efeito da ligação que a geografia no Brasil e no mundo passa a ter com os movimentos sociais, que então se intensificam em todos os cantos, e principal peça-de-apelo da renovação crítica. A contrapartida que então se verifica a sua crítica da geografia vigente como um discurso de aparente neutralidade – quanto mais neutra na aparência, mais perigoso na ideologia é o discurso dessa geografia –, que designa a geografia militar e dos professores, numa crítica tão forte quanto contundente agora ao seu vínculo institucional, referindo-se ao modo aparentemente apolítico do emprego dos conhecimentos geográficos e do mapa, mais que instrumentos de leitura, uma arma com poder de transformação da sociedade, bem conhecidos e compreendidos nestes termos nos meios militares e escolares, e aí obnubilados propositalmente seja nos meios militares e seja das instituições civis como as escolas. Denúncias e argumentos críticos de que derivam diretamente seja o texto A geografia serve para desvendar máscaras sociais, de 1979, já a partir do título, e seja O discurso do avesso. Para a crítica da geografia que se ensina, de 1987, de Ruy Moreira, mostrando seu efeito duradouro. Foi um segundo impacto.

É um impacto que aumenta e se condensa numa visão tanto quanto forte do movimento de mudança crítica com a publicação brasileira de Marxismo e geografia, de Massimo Quaini, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, de 1979 (a edição italiana é de 1974). O marxismo chega à geografia com toda força: o materialismo histórico e a economia política da natureza ganham neste livro sua tradução geográfica e o conceito de valor e território fundiário se casam com os discursos de reprodução e espaço trazidos por Lefebvre e Althusser. Os quadros e painéis de A ação humana de George, já revolucionados pela espacialidade diferencial de Lacoste, ganham agora novo formato. Como num salto de qualidade que então faltara. Mesmo que previsto por A geografia ativa. Uma Sociologia e geografia, enfim,

concretizada. Quaini leu *A geografia*, de Lacoste, e, como um não-francês, retoma e revoluciona Vidal de La Blache, a fonte intelectual, via Brunhes e Sorre, de George, e por meio deste Lacoste, via Marx. A geografia espacial moderna, diz, é filha da acumulação primitiva do capital. A ruptura radical da relação história-natureza, via mercadificação da terra, que leva ao caos a ordem social-ambiental da sociedade moderna. Em escala planetária. Um trajeto de Kant a Spinoza, com seu conceito de *natura naturata* e *natura naturans*, e a Hegel, só entendido por Marx. E apreendido em detalhes, mas descriptiva e superficialmente, pelos clássicos da geografia. À exceção, analiticamente, mas aqui como denúncia, por Reclus. Daí a distância das sociedades naturais e sociedades históricas, teoria que Quaini aprova, das leituras da sociedade de ruptura homem-terra (a natureza em sua expressão territorial) que o capitalismo como forma de sociedade moderna encarna. A sociedade do despojamento fundiário e despejamento territorial do homem reduzido a força de trabalho. Desterritorializado, dizem no *Anti-edipo* Deleuze e Guattari – livro contemporâneo (um ano antes) de *A geografia*, de Lacoste, e (dois anos antes) de *Marxismo e geografia*, de Quaini –, e, então, proletarizado pela esquizofrenia infra e superestrutural da acumulação primitiva. A acumulação primitiva da quebra da estrutura ecológico-territorial e decorrente estruturalidade da falha metabólica, dirá Quaini. Quaini em sua já preocupação de ambientalista e Deleuze e Guattari de condenação social-psiquiátrica da sociedade moderna. E da forte correspondência das sociedades sem espaço e sociedades com espaço (sem e com técnica, em outros termos), da teoria espaço-geográfica de George. É a retomada, sob outro ângulo analítico, das teorias de relação homem-meio dos clássicos, que Quaini recupera e inova, na senda do materialismo histórico, e enriquece com novos conceitos: a estrutura ecológico-territorial, falando da consorciação homem-natureza, unitária ontem, fragmentária hoje, e da falha metabólica, o atropelo do ciclo biótico-abiótica da reprodutibilidade orgânica da natureza pela divisão territorial cidade-campo da economia política do capitalismo, copiado do livro 3 de Marx. Fruto da espacialidade em migalhas dessa territorialidade fragmentária, dirá Lacoste com seu conceito de espacialidade diferencial moderna.

Um conjunto de conceitos novos vai assim se somando aos velhos, recriando e ressignificando o discurso da geografia continuamente. Formando uma visão renovada, que Por uma nova geografia. Da crítica da geografia a uma geografia crítica, de Milton Santos, Editora Hucitec, São Paulo, 1978, um livro de arrumação, flagra e presencia. Sua base é a inflexão lefebvriano-althusseriana dos primeiros impulsos, o impulso do espaço produto-re-produtor de Lefebvre, que o georgiano Santos conhece via *La production de l'espace* ainda no exterior, e do espaço instancial, da metáfora espacial de Althusser, que Santos incorpora como seu conceito de espaço (decidido entre o espaço reflexo, o espaço fator e o espaço instância). A história é uma estrutura socioespacial, observa, existindo na forma e nos termos da relação sociedade-espaço de cada tempo. Mais que um reflexo e um fator, o espaço é uma instância. História e estrutura, diz: “Através do espaço, a história se tornam, ela própria estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história pois elas participam da dialética geral da sociedade”. Santos dando à sistematização em curso um tom mais epistêmico, menos cursivo e espontâneo, fenecendo através do livro uma arrumação mais formalizada do novo discurso. Peculiaridade que leva Antonio Carlos Robert Moraes a converter, tirando do subtítulo do livro, o movimento de renovação crítica em curso, em uma nova fase da história da geografia, designando-a fase de uma geografia crítica, em seu *Geografia: Pequena história crítica*, da Hucitec, São Paulo, 1981, ao lado de uma geografia tradicional e uma geografia pragmática (Moraes, 1981). Para construir-se, a sociedade tem que se construir como espaço, a sociedade produzindo o espaço e o

espaço produzindo a sociedade. O espaço produto-produtor, determinado-determinante, de Lefebvre, que Santos conceitualiza como um prático-inerte, inspirado na Crítica da razão dialética de Sartre.

Por uma nova geografia é o ponto de coagulação de uma guirlanda de textos de Santos, reunindo textos de diferentes tempos, alguns dialogando em linha direta com o marxista. São: Economia espacial: críticas e alternativas, Editora Hucitec, São Paulo, 1979 (destaque para o texto Espaço e dominação: uma abordagem marxista?, de 1975, e A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais, sem data); Espaço e sociedade, Editora Vozes, de 1979 (aí estão os textos Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, de 1977, onde apresenta o conceito de formação espacial, e A divisão do trabalho social como uma pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos); Pensando o espaço do homem, Editora Hucitec, São Paulo, 1982, seu textos de expressão mais literária, com forte expressão ontológica (são três textos: O presente como espaço, de 1977; Da sociedade à paisagem: o significado do espaço do homem, de 1978; e Reformulando a economia, a sociedade e o espaço, de 1980) e Espaço & método, Editora Nobel, São Paulo, 1988 (destaque para os textos Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico, sem data, e Da indivisibilidade do espaço total e de sua análise através as instâncias produtivas, sem data).

A partir do final dos anos 1980, Santos desloca a centralidade de seus textos, do processo da construção social do espaço para o processo da construção técnica, enquanto tema, e do espaço para o território, como categorias de força analítica. O epicentro é o livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, da Hucitec, São Paulo, 1996. E sua categoria-chave, o meio técnico, que Santos desdobra no meio técnico-científico e meio técnico-científico e informacional, teorizados como os três períodos com que a sociedade humana divide sua evolução na história. A semelhança das sociedades da natureza sofrida/sem organização do espaço (a sociedade do meio técnico ou corpóreo), sociedades de espaço organizado com dominante agrícola e primeiras fases de industrialização (a sociedade do meio técnico-científico) e sociedades de espaço organizado com dominante industrial avançadas (a sociedade do meio técnico-científico e informacional), da periodização de *A ação humana*, do seu mestre George. O espaço torna-se uma empiricização do tempo, o tempo evenencial, da simultaneidade instantânea nos lugares do mundo, unicizante dos recortes do espaço de cada qual, fruto da construção técnica, as realidades espaciais variando suas principalidades segundo sua origem na técnica hegemônica ou na técnica hegemobilizada. Livro que subalterniza e deixa na penumbra o *Por uma geografia nova*, passados 18 anos, e é a fonte de origem de uma outra guirlanda de coletâneas de textos sobre o tema da relação espaço-técnica e do território, alguns antigos, outros novos, como nas coletâneas anteriores: *Espaço & método* (texto *Espaço e capital: o meio técnico-científico*, de 1981, *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*, Editora Hucitec, São Paulo, 1988 (texto *A redescoberta e a remodelagem do planeta* no período técnico-científico e os novos papéis das ciências, sem data); e *Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico-científico e informacional*, São Paulo, Editora Hucitec, 1994, toda dedicada ao tema do meio técnico-científico, considerado por Santos o outro-eu da globalização).

Em 1980, é lançada a edição brasileira de *A justiça social e a cidade*, de David Harvey, São Paulo, Editora Hucitec (a edição norte-americana, da John Hopkins Universisys Press, é de 1973), com tradução e prefácio de Armando Corrêa da Silva. É um livro de transição. Harvey já era conhecido pelo *Explanation in geography*, de 1969, a bíblia teórico-metodológica da geografia teórico-quantitativa (a nova geografia

do título de *Por uma geografia nova*). Neopositivista na filosofia da ciência e liberal na política, Harvey migra de seu país natal, a Inglaterra, para os Estados Unidos na virada dos anos 1960-1970, auge da guerra do Vietnã e manifestações contra nas cidades norte-americanas, para lecionar na Universidade John Hopkins, em Baltimore, onde, impactado pelas manifestações, revê suas posições: desloca-se da epistemologia para a geografia urbana e do neopositivismo e no liberalismo para o marxismo. De que A justiça social e a cidade é o produto. Analista de tradição empírica, dado sua origem, Harvey mistura em seu novo livro base empírica e forte trato teórico, organizando-o em seis capítulos, mais um sétimo por conclusão, os três primeiros num enfoque liberal e os três seguintes num enfoque marxista, o sétimo e último apresentando o novo enfocamento teórico e avançando um ensaio ontológico: Processos e sociais e forma (1): Os problemas conceituais do planejamento urbano, o primeiro, O processo social e a forma espacial (2): A redistribuição da renda real em um sistema urbano, o segundo, e A justiça social e os sistemas espaciais: “Uma distribuição justa”, o terceiro, formam a primeira parte, intitulada Formulações liberais; A teoria revolucionária e contra-revolucionária em geografia e o problema do gueto, o quarto, Valor de uso, valor de troca e teoria do uso do solo urbano, o quinto, e O urbanismo e a cidade: Um ensaio interpretativo, o sexto, formam a segunda parte, intitulada Formulações socialistas.

Formulações liberais são textos fundamentados na solução liberal da redistribuição da renda. Derivando da “imaginação sociológica” de Wright Mills uma “imaginação geográfica”, Harvey firma a ideia de uma forma de os cidadãos olharem a cidades, darem-se conta de seus problemas, que são da cidade porque são deles, e pensa soluções alternativas, instrumentadas no planejamento da cidade e na “consciência espacial” da vida de compartilhamento. Cassirer, o filósofo neokantiano, é a referência desse pensar o espaço. A compatibilização da extração da renda fundiária (a renda do solo urbano) e da distribuição da renda monetária (a renda social) deve ser o parâmetro das formas de vida na cidade, via o que Harvey chama a justiça distributiva territorial, qual seja, a alocação espacial correlativa das acessibilidades e residências, umas distribuídas pensando na distribuição das outras. Forma política de distribuir a extração da renda fundiária e a aquisição da renda monetária, num equilíbrio de preço da terra e preço do salário, pensado à luz dos custos comparativos dos lugares da cidade (a boa distribuição territorial da morada e do emprego traz a relação de equivalência entre o preço das acessibilidades e o poder de aquisição dos salários – deixa de haver gastos com transportes, por exemplo –, numa espécie de transferência de renda). A distribuição correspondente funcionando como uma política de justiça distributiva territorial. Harvey está pensando em John Rawls e Max Weber. “Então, surgiu Marx”, diz. Referindo-se ao apelo aos pensadores liberais, seus pensadores de referência, referindo-se a si mesmo.

Para lograr uma distribuição da renda justa, é preciso primeiro mexer no fundamento da renda fundiária e no fundamento do salário urbanos. Mexer no modo de produção que os informa, deduz Harvey. O tema das formulações socialistas. Os três textos seguintes seguem essa linha. O problema do valor, não mais a relação da renda fundiária e da renda monetária, é agora o terreno de sua teoria. As lutas sociais urbanas da cidade e a teoria marxista da propriedade e da renda (a fundiária e a social), a práxis do “imaginário” e da “consciência” geográfica, tornam-se o objeto das análises e reflexões. Passo que se complementa com a concentração no estudo das obras de Marx e sua transcrição geográfica, de que decorre a publicação de *Os limites do capital*, de 1982.

O trajeto de 1973, da Re-produção das relações de produção, de Lefebvre, e os Aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser, a 1980, com a Justiça social e cidade, de Harvey, nesses 17 anos, e até antes, de renovação crítica, alinharam-se as categorias e conceitos através os textos – a contradição

com George e os clássicos, a reprodução com Lefebvre, a ideologia e o Estado com Althusser, a política com Lacoste, a formação com Santos, o território fundiário com Quaini, o valor com Harvey –, recriando e refazendo o conceito de sociedade e espaço na postagem de aufhebung que põe a teoria da geografia noutra perspectiva de contexto. Teorias e categorias que se burilam e se frutificam na literatura de debates e ensaios que as sistematizam e ressignificam no conceito-chave do valor e do sujeito.

São textos que se acumulam sobretudo em três coletâneas, espécies de nicho de amadurecimento dos trabalhos de grande escala: Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão, da Editora Vozes, Ruy Moreira (org.), 1980; Geografia e sociedade. Os novos rumos do pensamento geográfico, número especial da Revista de Cultura Vozes, Ruy Moreira (org.), 1980; e Novos rumos da geografia brasileira, Editora Hucitec, Milton Santos (org.). Na primeira coletânea estão os textos Geografia, marxismo e subdesenvolvimento e Cidade, mais valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro, de Milton Santos; O “econômico” na obra geografia econômica de Pierre George: elementos para uma discussão e A lógica da especulação imobiliária, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; A geografia serve para desvendar máscaras sociais e Geografia e ecologia: a “totalidade homem-meio” hoje (espaço e processo do trabalho), de Ruy Moreira; Em busca de uma ontologia do espaço, de Antonio Carlos Robert Moraes; O espaço como ser: uma autoavaliação crítica, de Armando Corrêa da Silva; A geografia está em crise: viva a geografia e Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico, de Carlos Walter Porto Gonçalves. Aí está o debate das incorporações (valor de uso e valor de troca em Santos, modo de produção e renda fundiária urbana em Oliveira, trabalho metabólico e contrapontos de posições (o espaço-instância e a formação social) em Ruy Moreira, problemas tendenciais do pensamento (velhas e novas ideias) e o meio ambiente em Gonçalves, o espaço e a ontologia em Moraes e Silva. Temas de transição e temas novos, já indicando algumas das correntes que vão diferenciar o campo da geografia em novos fundamentos (como a TGM) para além de sua divisão setorial clássica. O temário se repete na segunda: Da “nova geografia” à “geografia nova, de Roberto Lobato Corrêa; É possível uma “geografia libertária”?, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Geografia e “praxis”, de Ruy Moreira; Reformulando a sociedade e o espaço, de Milton Santos. E repetem-se ainda na terceira: Contribuição à crítica da crise da geografia, de Armando Corrêa da Silva; O espaço geográfico: algumas considerações e Repensando a teoria dos lugares centrais, de Roberto Lobato Corrêa; Repensando a geografia, de Ruy Moreira; Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; A geografia e o processo de valorização do espaço, de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa; Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia, de Milton Santos; Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate, de Carlos Walter Porto Gonçalves; Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço, de Manoel Fernando Gonçalves Seabra; O pensamento geográfico e a realidade brasileira, de Manuel Correia de Andrade; Notas sobre a geografia urbana brasileira, de Armen Mamigonian; e Novos rumos para a geografia brasileira, de Milton Santos. Característico do tempo é o livro Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica de Edward Soja, Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993. Coletânea de textos que tematizam a diversidade das categorias e ideias da renovação, numa transição que vai e volta dos problemas urbanos (Los Angeles é a referência) e aos problemas de ontologia, numa forte presença de Harvey para os primeiros e Heidegger para o segundo, coincidindo com as linhas e temas de tendências da renovação crítica da geografia brasileira, denotando-a um tema mundial da teoria da geografia. Um caso raro de simultaneidade de diálogo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1974 [1973].
- BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Edição abreviada. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.
- COLL-HURTADO, Atlântida. Pierre George: vida e obra. In: COLL-HURTADO, Atlântida (coord). **Una vida entre valles y colinas**. Pierre George: um homenaje. México: Instituto de Geografia-UNAM, 2009.
- DELEUZE, Jules; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Voves, Petrópolis, 1975.
- FRIEDMANN, George. **Sete ensaios sobre o homem e a técnica**. São Paulo: Difel, 1968.
- GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. São Paulo: Difel, 1978 [1970].
- GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968 [1968].
- GEORGE, Pierre. **A geografia ativa**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968b [1964].
- GEORGE, Pierre. **Geografia social do mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Coleção Saber Atual, 1969 [1966].
- GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro-São Paulo: Companhia Editora Forense, 1969b [1966].
- GEORGE, Pierre. **A geografia econômica**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970 [1956].
- GEORGE, Pierre. **Panorama do mundo atual**. São Paulo: Difel, 1976 [1970].
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra**. Ensaios de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HUMBOLDT, Alexander von. **Cosmos**. Ensayos de una descripción física del mundo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones científicas, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1973 [1973].
- LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: Difel, 1961 [1959].
- LACOSTE, Yves. **A geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Difel, 1971 [1965].
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**. Pequena história crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia crítica**. A valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. São Paulo: **Território Livre**, n. 1, 1978.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- MOREIRA, Ruy (org.). Os novos rumos do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: **Revista de Cultura Vozes**, ano 74, n. 4, 1980.

- MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Sociedade e espaço. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**. Para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos. A renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. Presidente Prudente: **Boletim Prudentino de Geografia**, n. 14, 1992.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O econômico na obra A geografia econômica de Pierre George. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1970.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979 [1974].
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Críticas e alternativas. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SERENI, Emílio; LUPORINI, César (orgs). **Modos de produção e formação econômico-social**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- SILVA, Armando Corrêa da Silva. A renovação da geografia no Brasil: 1976-1983. As geografias radical e crítica na perspectiva crítica. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n.60, 1983.
- SILVA, Armando Corrêa da Silva. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- SILVA, Armando Corrêa da Silva. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- TRICART, Jean. Tendências atuais da geomorfologia. In: GEORGE, Pierre; TRICART, Jean. **Visita de mestres franceses**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- VARGAS, Héctor Mendoza. Los componentes de uma preocupación intelectual. In: COLL-HURTADO, Atlántida (org). **Una vida entre valles y colinas**. Pierre George: un homenaje. México: Instituto de Geografia-UNAM, 2009.